

## INTERVENÇÃO NO 6º ENCONTRO “BANCA DO FUTURO” (16/11/2023)

Bom dia!

Começo por agradecer o convite da Organização para participar neste Grande Encontro.

O painel que se segue abordará os caminhos do futuro do sector financeiro, e nele CEOs e administradores executivos de alguns bancos irão dar as suas perspectivas sobre esses caminhos de um sector que, é bom ter presente, não é uma entidade homogénea, mas uma idealização de uma realidade onde múltiplas instituições a actuam autonomamente, em concorrência entre si. É natural, por isso, que não haja uma visão do sector, enquanto tal, mas visões, objectivos e estratégias próprias e certamente diversas das instituições que o integram.

Desta forma, resolvi não me antecipar à expressão dessa diversidade. Escolhi, por isso, dedicar a minha intervenção a temas do presente. Afinal, o presente é o alicerce do futuro: é no presente que se tem vindo a delinear o euro digital, que será um elemento disruptor do futuro do sector; é no presente que a inteligência artificial, que irá moldar o futuro, começa a dar os primeiros passos; é no presente que as Big Techs encetam o ataque ao domínio do ecossistema financeiro; e por aí adiante.

Mas também não é por aí que irei. Irei antes enfatizar temas do sector e que têm sido muito mal tratados na opinião publicada, com isso influenciando, negativa e injustamente, a opinião pública, construindo uma narrativa que, sendo errada, pode condicionar adversamente o futuro do sector.

Irei repetir algumas ideias e explicações que já tornei públicas noutras ocasiões, mas como as interpretações erradas também se repetem – como se viu ainda há dois dias num canal de tv –, só a repetição dos factos e da sua justa interpretação podem tentar contrariar a instalação de uma narrativa desfasada da realidade. Vou, assim, abordar três temas: rendibilidade da banca, presumida salvação dos bancos com dinheiro dos contribuintes e alegadas práticas abusivas dos bancos.

Começando pela rendibilidade, é verdade que os bancos tiveram nestes dois últimos anos maiores rendibilidades do que aquilo a que se estava acostumado desde a crise financeira. Mas o que é anormal, ou extraordinário, é a rendibilidade dos anos precedentes, não é a destes anos. Eu compreendo que do ponto vista mediático o que é impactante é dizer que os bancos tiveram

centenas ou milhares de milhões de lucros, e que isso representa 10 ou mais milhões por dia. Mas isso é populismo puro – atizando emoções e ofuscando a racionalidade – porque essas afirmações, sendo verdade, não são a verdade toda, nem a percepção que intencionalmente induzem é uma interpretação justa da realidade.

É populismo, primeiro, porque não tem qualquer sentido económico aferir montantes absolutos de lucros sem os relacionar com o capital investido na actividade geradora desses lucros. O que tem sentido económico e, portanto, relevância social, é a rendibilidade, ou seja, a relação dos lucros gerados com o capital investido na sua geração. E, segundo, porque, focando-se no tempo próximo, não tem em conta a sucessão de pontos temporais – anos neste caso –, que constituem o horizonte, necessariamente mais vasto, que é relevante para a tomada e avaliação de decisões económicas, mormente de investimento.

Os bancos devem ter este ano a rendibilidade mais elevada da última década ou década e meia. Com os dados dos maiores bancos relativos ao 1º semestre, o ROE ter-se-á situado ligeiramente acima dos 13%. É provável que, com o segundo semestre, ainda melhore. No entanto, se fizermos a média dos últimos 9 anos, desde 2015 (e para excluir as pesadas perdas de 2013 e 2014), o ROE foi de 3.6%; e a dos últimos 15 foi de 0.7%.

Com um custo de capital – remuneração mínima esperada pelos investidores no sector – andar nos 12% (dadas as recentes subidas de taxas de juro), estas remunerações de capital no tempo longo não têm sido atractivas para captar investimento. E, sem capacidade de atrair investimento, o sector não poderá crescer e sem o seu crescimento, fica afectada a capacidade de financiamento do desenvolvimento da economia e de desenvolvimento qualitativo da actividade.

Por conseguinte, uma economia saudável e em desenvolvimento, precisa de uma banca forte e rentável. Deveríamos, pois estar todos contentes que a banca tenha conseguido voltar a dar lucros saudáveis e não o contrário.

Acrescento ainda que a experiência histórica, sugere que a situação actual tenderá a ser transitória. É normal que quando as taxas de juro começam a subir – e ultimamente subiram muito abruptamente –, a margem financeira comece por se alargar mais do que proporcionalmente, vindo depois, com os efeitos da concorrência, a estabilizar em valores mais baixos. Sim, os efeitos da concorrência, que se têm vindo a manifestar de forma muito activa, e só escapam a quem não acompanha o dinamismo a que se tem assistido nas transferências de

créditos à habitação entre bancos e à competição na remuneração dos depósitos. O facto de certas comparações estatísticas não captarem adequadamente esta dinâmica tem a ver com diferentes estruturas do que se compara, como por exemplo, o peso dos depósitos à ordem e a prazo nas várias economias. O movimento contrário nas margens sucede quando as taxas descem.

Volto agora à recorrente invocação de que os bancos foram salvos com o dinheiro dos contribuintes. Como já tive oportunidade de explicar noutras ocasiões essa invocação não tem sustentação na realidade. Os bancos supostamente salvos, ou seja, onde os contribuintes gastaram perto de 20 mil milhões, desapareceram todos – BPN, BPP, BANIF e BES – e os seus accionistas, bem como alguns credores, perderam o capital neles investido.

O que os contribuintes salvaram foram os seus depositantes, sobre quem teriam recaído as perdas não cobertas pelo capital dos acionistas e de alguns credores qualificados. E se esses depositantes tivessem perdido os seus depósitos, ter-se-ia gerado uma tal crise de confiança que teria desestabilizado o sector e toda a economia, dificilmente se evitando uma profunda depressão económica. Ou seja, os contribuintes investiram na preservação da estabilidade económica e na prevenção do que seria um custo social de muito pesadas dimensões. E deve também ser lembrado que esse investimento tem vindo a ser pago pelos bancos que resistiram.

Para finalizar, gostaria de abordar outro tipo de comentários, também recorrentes, sobre abusos comportamentais dos bancos. E começo por recordar algo que devia ser óbvio: é do interesse das instituições do sector que os seus clientes estejam satisfeitos e disponham de oportunidades e meios para facilmente manifestar as suas insatisfações ou fazer valer direitos que entendam prejudicados. Porque são clientes satisfeitos que garantem continuidade do negócio.

E esses meios existem. Desde logo, junto das próprias instituições. Mas existem também ao nível do regulador sectorial, que é o Banco de Portugal, e a quem os clientes insatisfeitos podem apresentar as suas reclamações. E ambos os canais têm sido activos. Ainda recentemente o Relatório do supervisor sobre reclamações relativo ao primeiro semestre dava conta de que, “entre janeiro e julho deste ano, o Banco de Portugal recebeu 15 833 reclamações”, representando um acréscimo de 25% da média mensal, face ao ano anterior, como foi

oportunamente referido pela comunicação social. Isto mostra bem que este mecanismo de protecção dos consumidores está activo e funciona bem.

Mas o que a comunicação social se esqueceu de referir, apesar de isso ser muito importante, é que apenas em 1.5% das reclamações encerradas foram identificados indícios de infracção (ou que, ao invés, não foram encontrados indícios em 98.5%). O que também mostra bem, face às muitas centenas de milhar, ou mesmo milhões, de interações entre bancos e clientes, que é irrisória a percentagem das que possam eventualmente ter prejudicado os clientes. E, acrescenta ainda o relatório, “em 43.1% dos casos [reclamados], a situação que motivou a reclamação foi solucionada pela instituição, apesar de não existirem indícios de infração”.

Gostaria, pois, de concluir reafirmando: (i) que a banca desempenha um papel social fundamental, fornecendo a ponte através da qual os rendimentos das famílias e das empresas podem viajar no tempo, permitindo-lhes antecipar a satisfação de necessidades ou a realização de aspirações; (ii) que a continuidade e eficácia dessa função social, requer investimento e capacidade de atracção de capital e que, para isso, tem que lhe assegurar remuneração adequada (i.e. rendibilidade superior ao custo do capital); e (iii) que é do interesse dos bancos que os seus clientes estejam satisfeitos, pois são deles e a sua satisfação que lhes garantem a continuidade do negócio.

Obrigado.